

RELATÓRIO

17º

ENCONTRO NACIONAL
DO PODER JUDICIÁRIO

2ª REUNIÃO PREPARATÓRIA

28 E 29 DE AGOSTO DE 2023

BRASÍLIA, SETEMBRO DE 2023



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente

Ministro Luís Roberto Barroso

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Luís Felipe Salomão

Conselheiros

Ministro Vieira de Mello Filho
Mauro Martins
Salise Sanchotene
Jane Granzoto
Richard Pae Kim
Marcio Luiz Freitas
Giovanni Olsson
João Paulo Santos Schoucair
Marcos Vinicius Jardim
Marcello Terto e Silva
Luiz Fernando Bandeira de Mello

Secretária-Geral

Adriana Alves dos Santos Cruz

Secretário de Estratégia e Projetos

Frederico Montedonio Rego

Diretor-Geral

Johaness Eck

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA (DGE)

Diretora

Fabiana Andrade Gomes e Silva

Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do Poder Judiciário

Gabriela Teixeira da Cunha Lobo

Seção de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário

Marcos Vinicius Silva Campos
Natascha Barreto de Almeida Rangel

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretário de Comunicação Social

Renan de Moura Sousa

Chefe da Seção de Comunicação Institucional

Gabriel Reis

Projeto gráfico

Eron Castro

Revisão

Carmem Meneses

2023

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600
Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
SOLENIDADE DE ABERTURA	8
PREMIAÇÃO DO <i>RANKING</i> DA TRANSPARÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO – ANO 2023	11
PAINEL – PERSPECTIVAS DA POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO E A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO	15
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS PARCIAIS DAS METAS NACIONAIS 2023	17
APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DO JUSTIÇA EM NÚMEROS – ANO-BASE 2022	19
APRESENTAÇÃO DAS METAS DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	21
REUNIÕES SETORIAIS DOS SEGMENTOS DE JUSTIÇA	23
PLENÁRIA FINAL	26
ANEXO I – PROGRAMAÇÃO DA 2ª REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O 17º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO	29
ANEXO II – <i>LINKS</i> DAS APRESENTAÇÕES DO EVENTO	32

INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou, nos dias 28 e 29 de agosto de 2023, a **2ª Reunião Preparatória para o 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário**. O evento foi realizado presencialmente no auditório do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A Reunião contou com a participação de presidentes dos tribunais, de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e das áreas de Gestão Estratégica.

A 2ª Reunião Preparatória teve como objetivos: realizar o acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026; apresentar os premiados no *Ranking* da Transparência; apresentar os Resultados Parciais das Metas Nacionais 2023; consolidar as propostas de Metas Nacionais para 2024; e apresentar o Relatório do Justiça em Números – ano-base 2022.

Ressalta-se que este Relatório tem o propósito de expor de forma resumida o que foi apresentado e debatido no evento. Para tanto, exibe referências, *links* e imagens dos principais acontecimentos.

O vídeo de apresentação da Reunião e dos respectivos painéis realizados no evento pode ser acessado pelos *links*: [2ª Reunião Preparatória – 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário](#) e [17º Encontro Nacional do Poder Judiciário – 2ª Reunião Preparatória – 29 de agosto](#).

SOLENIIDADE DE ABERTURA

A solenidade de abertura foi realizada pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Rosa Weber, e pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Lelio Bentes Corrêa.

Com a palavra, a presidente do CNJ, inicialmente, ressaltou que o objetivo da 2^a Reunião Preparatória é monitorar a Estratégia Nacional do Poder Judiciário com apresentação dos principais resultados alcançados no curso do ano corrente, bem como das políticas judiciárias, dos projetos e das ações em andamento e consolidar as metas nacionais por segmento de justiça para o próximo exercício.

Em seguida, a ministra destacou a importância do processo de construção das Metas Nacionais que guiarão o Poder Judiciário e salientou que as Metas Nacionais representam compromisso dos tribunais brasileiros com aperfeiçoamento da prestação jurisdicional capaz de proporcionar à sociedade serviço mais célere com maior eficiência e maior qualidade. Informou também que as Metas Nacionais provêm de um processo colaborativo desenvolvido ao longo do ano com a participação direta de magistrados e servidores e da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.

A ministra também discorreu a respeito do *Ranking* da Transparência e ressaltou os esforços empreendidos pelos órgãos do Poder Judiciário, o que fez que houvesse significativa melhora em diversos itens. A ministra Rosa Weber afirmou que 73, do total de 94 tribunais, obtiveram percentual acima 90% de cumprimento dos requisitos do *Ranking*.

A ministra, a seguir, discorreu acerca do desempenho dos tribunais no cumprimento das metas, em especial nas metas 1 e 2, e ressaltou que, com a extração dos dados do Datajud, as informações estão ainda mais fidedignas.

Por fim, a ministra Rosa Weber desejou a todas e todos profícuas reflexões durante a reunião preparatória e reafirmou sua confiança no Poder Judiciário.

Com a palavra, o presidente do TST, ministro Lelio Bentes Corrêa, afirmou que eventos como a Reunião Preparatória denotam o compromisso institucional com a democratização dos processos de tomada de decisão, levando em conta o diálogo social, para um Judiciário mais eficiente e eficaz, tanto de uma perspectiva quantitativa como de outra qualitativa.



Solenidade de Abertura

A seguir, o ministro discorreu a respeito da ferramenta “Monitor do Trabalho Decente” desenvolvida pela Justiça do trabalho, que se destina a promover a democratização das relações de trabalho, por meio da proteção dos direitos humanos. Tal ferramenta, segundo Lelio Bentes, consolida e disponibiliza dados quantitativos e qualitativos relativos a processos que envolvam temas como exploração do trabalho infantil, exploração do trabalho escravo, fomento à aprendizagem, equidade de gênero e raça, entre outros marcadores.

Por fim, o ministro reafirmou o compromisso da Justiça do Trabalho com o aprimoramento contínuo da prestação jurisdicional à sociedade brasileira.

PREMIAÇÃO DO *RANKING* DA TRANSPARÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO – ANO 2023

Em seguida, para apresentar a Premiação do *Ranking* da Transparência do Poder Judiciário – ano 2023, o conselheiro do CNJ Giovanni Olsson e o secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, Ricardo Fioreze, foram chamados para compor a mesa.

Com a palavra, o conselheiro Giovanni Olsson afirmou que, por meio do *Ranking* da Transparência, o CNJ renova seu comprometimento perante a sociedade de tornar o Poder Judiciário cada vez mais transparente, aberto, republicano e democrático.

A seguir, o conselheiro descreveu alguns critérios do *ranking* e destacou que houve acréscimo de sete tribunais no rol de tribunais que alcançaram percentual de cumprimento acima de 90% dos critérios do *Ranking*.

Giovanni Olsson parabenizou o desempenho dos órgãos da justiça e ressaltou que, apesar de ligeira alteração em alguns critérios, o CNJ reconheceu seis tribunais que alcançaram 100% no cumprimento dos requisitos do prêmio.

Em seguida, foi exibido um vídeo com os tribunais agraciados na premiação, divididos em categorias, cujos resultados podem ser conferidos pelo *link* <https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/ranking-da-transparencia/ranking-da-transparencia-2023/>.

17º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

2ª REUNIÃO PREPARATÓRIA

28 E 29 DE AGOSTO DE 2023







Premiação do *Ranking* da Transparência

PAINEL – PERSPECTIVAS DA POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO E A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Em seguida, para apresentar o “Painel – Perspectivas da Política de Priorização do 1º Grau de Jurisdição e a Execução da Estratégia Nacional do Poder Judiciário”, compuseram a mesa o conselheiro do CNJ Giovanni Olsson; telepresencialmente, a juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (TRT-20), Flávia Pessoa; e a diretora executiva do Departamento de Pesquisa Judiciárias (DPJ) do CNJ, Gabriela Soares.

O conselheiro do CNJ Giovanni Olsson iniciou falando a respeito do papel central e relevante do 1º grau de justiça e discorreu sobre a importância da priorização desse 1º grau de jurisdição no âmbito da justiça brasileira e sua relação com a Estratégia do Poder Judiciário.

O conselheiro destacou o fato de o 1º grau concentrar mais de 90% dos processos do sistema Judiciário brasileiro e ressaltou a relevância do 1º grau de jurisdição mais distante e capilarizado, que está disperso por todo o país e é o objeto central da [Resolução CNJ n. 219/2016](#).

Com a palavra, a diretora executiva do DPJ do CNJ, Gabriela Soares, apresentou alguns indicadores de mensuração e critérios trazidos pela Resolução CNJ n. 219/2016 e explicou que o acompanhamento é realizado semestralmente pelo CNJ.

A seguir, Gabriela Soares discorreu sobre alguns resultados do Justiça em Números 2023, no que concernem ao primeiro grau, de acordo com cada segmento de justiça. O material referente à palestra da diretora executiva do DPJ pode ser acessado por meio do *link*: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/08/15h-priorizacao-do-1o-grau.pdf>.

Por fim, a juíza do TRT-20 Flávia Pessoa ressaltou que, devido à alta concentração de processos, quando se fala em priorização do 1º grau, está se falando em efetivação da justiça.

Dando continuidade, Flávia Pessoa tratou da relevância de se alinhar o orçamento dos tribunais a seus respectivos planejamentos estratégicos, quanto à priorização do 1º grau. A magistrada enfocou também a assistência prestada aos juízes quanto ao 1º grau, em especial ao juiz substituto, que acaba prejudicado em seu assessoramento, sugerindo, assim, o trabalho remoto por parte dos servidores que realizam a assessoria nas varas.



Painel – Perspectivas da Política de Priorização do 1º Grau de Jurisdição e a execução da Estratégia Nacional do Poder Judiciário

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS PARCIAIS DAS METAS NACIONAIS 2023

Para apresentar os Resultados Parciais das Metas Nacionais 2023, compuseram a mesa o secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, Ricardo Fioreze, e a Diretora do Departamento de Gestão Estratégica (DGE), Fabiana Gomes.

O secretário especial, Ricardo Fioreze, iniciou sua fala tratando a respeito da automatização da coleta dos dados de natureza processual por meio do Datajud e seus impactos no processo de acompanhamento das Metas Nacionais. Além disso, Fioreze falou a respeito da necessidade de se ter avaliação qualitativa dos resultados numéricos, de modo a haver avanço em termos de uma produção de mais impacto para a sociedade.

Com a palavra, a diretora do DGE, Fabiana Gomes, discorreu brevemente sobre o conceito de cada uma das Metas Nacionais e apresentou as mudanças ocorridas no monitoramento das metas no ano de 2023.

Em seguida, Fabiana Gomes apresentou, meta por meta, os resultados de cumprimento no ano de 2023, explicitando os percentuais parciais alcançados pelos tribunais neste ano.



Resultados Parciais das Metas Nacionais 2023

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DO JUSTIÇA EM NÚMEROS – ANO-BASE 2022

Para apresentar o Relatório do Justiça em Números – ano-base 2022, foram convidadas a juíza auxiliar da Presidência e coordenadora do DPJ do CNJ, Ana Lúcia Andrade de Aguiar, e a diretora executiva do DPJ, Gabriela Soares.

Com a palavra, Ana Lúcia Andrade de Aguiar iniciou discorrendo a respeito das novidades trazidas pelo Relatório Justiça em Números, como: capítulo sobre a participação feminina; nova forma de contagem; novo índice de recorribilidade externa; inclusão do TRF-6; tradução do Relatório para inglês e espanhol; e o novo painel Justiça em Números.

Em seguida, a diretora executiva do DPJ deu continuidade na apresentação dos dados do relatório, como despesas e arrecadações do Poder Judiciário, quantitativos de casos novos e de processos baixados, índices de produtividade, taxa de congestionamento, conciliação, execuções, entre outros.



Apresentação do Relatório Justiça em Números

APRESENTAÇÃO DAS METAS DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Compuseram a Mesa de apresentação das metas da Corregedoria Nacional de Justiça, o corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, e o juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Otávio Port.

Iniciando, o juiz Otávio Port apresentou as metas da Corregedoria Nacional para os anos de 2023 e 2024. Afirmou que, para o ano de 2023, as metas 1, 2 e 3 se mantiveram as mesmas e foram incorporadas ainda três novas metas.

O juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça explicou, também, sobre os painéis de Business Intelligence (BI), que foram criados com base nos dados coletados internamente pelos tribunais e servem para acompanhamento dos resultados das metas.

Em seguida, Otávio Port discorreu a respeito das Diretrizes Estratégicas 12, 13, 14 e 15, demonstrando a quais Macrodesafios elas se relacionam e apresentando seus respectivos rendimentos.

A seguir, o juiz apresentou as propostas de metas e diretrizes estratégicas para a Corregedoria Nacional de Justiça para o ano de 2024.

Com a palavra, o corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, afirmou que o CNJ realmente cumpre com sua finalidade descrita na Constituição, pois, além de sua atribuição disciplinar, possui a atribuição de elaborar política pública no âmbito do Judiciário, como pode ser visto no Relatório Justiça em Números.

O ministro também falou a respeito do desafio de se implementar o Cartório Digital, que será um serviço de segurança para o Judiciário e facilidade para o usuário. Falou, ainda, a respeito do novo sistema de correições, de forma a trabalhar em consonância com os tribunais.

Por fim, Luis Felipe Salomão discorreu acerca da temática do assédio e salientou sobre o painel que está no ar na página da Corregedoria, com o objetivo de receber as denúncias, para que elas recebam o tratamento adequado.

O ministro encerrou sua fala agradecendo o esforço conjunto de todos no Poder Judiciário e desejou boa continuidade nos trabalhos.



Apresentação das Metas da Corregedoria Nacional de Justiça

REUNIÕES SETORIAIS DOS SEGMENTOS DE JUSTIÇA

As reuniões setoriais foram realizadas de forma presencial e simultânea na tarde do dia 29 de agosto com o objetivo de discutir e consolidar as propostas de Metas Nacionais e Metas Específicas dos segmentos de justiça, além de promover os ajustes finais e a validação pelos integrantes da Rede de Governança Colaborativa da proposta do segmento a ser apresentada na plenária.

Nas reuniões setoriais, estiveram presentes os presidentes de tribunais e/ou representantes designados, além de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e assessores das áreas de gestão estratégica. Os trabalhos das setoriais foram conduzidos pelos coordenadores dos segmentos de justiça na Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, com o apoio dos conselheiros do CNJ.



Segmento da Justiça Eleitoral (TSE e TREs)



Segmento da Justiça do Trabalho (TST, CSJT e TRTs)



Segmento da Justiça Estadual (TJs)



Segmento da Justiça Federal (STJ, CJF e TRFs)



Segmento da Justiça Militar (STM e Justiça Militar Estadual)

PLENÁRIA FINAL

Subsequentemente às reuniões setoriais, iniciou-se a Plenária Final. Compuseram a mesa de encerramento: os conselheiros do CNJ Salise Monteiro Sanhotene, Richard Pae Kim, Márcio Luiz Coelho de Freitas, João Paulo Santos Schoucair, Marcos Vinícius Jardim Rodrigues, Mario Henrique Aguiar Goulart Ribeiro Nunes Maia, Marcello Terto e Silva; o secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, Ricardo Fioreze; e a diretora do DGE, Fabiana Gomes.



Encerramento – mesa da Plenária Final

Para a apresentação das Propostas de Metas Nacionais 2024, os representantes dos segmentos de justiça apresentaram suas respectivas propostas de metas nacionais e específicas, que foram debatidas e acordadas durante as reuniões setoriais dos segmentos no decorrer da tarde do dia 29 de agosto.

Segue, abaixo, a relação dos apresentadores das propostas de metas para 2024 durante a plenária final do evento:

Superior Tribunal de Justiça

Nome: Maria Paula Cassone Rossi

Cargo: juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça

Justiça Federal

Nome: Daniel Marchionatti Barbosa

Cargo: secretário-geral do Conselho da Justiça Federal

Justiça Estadual

Nome: Vinicius Rodrigues Lopes

Cargo: diretor do Departamento de Planejamento do Tribunal de Justiça do Paraná

Justiça do Trabalho

Nome: Adriana Meireles Melonio

Cargo: juíza auxiliar da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

Justiça Militar

Nome: Clovis Santinon

Cargo: desembargador militar do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo

Justiça Eleitoral

Nome: Daniel Carlos Lima Correia

Cargo: coordenador de Gestão Estratégica e Socioambiental do Tribunal Superior Eleitoral

Por fim, o conselheiro Richard Pae Kim parabenizou os tribunais pelo excelente desempenho nas Metas Nacionais, agradeceu a presença de todos na 2ª Reunião Preparatória para o 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário e declarou encerrado o evento.

Para informações adicionais sobre as apresentações realizadas pelos coordenadores dos segmentos de justiça, acesse:

Superior Tribunal de Justiça

Justiça do Trabalho

Justiça Estadual

Justiça Federal

Justiça Eleitoral

Justiça Militar

ANEXO I – PROGRAMAÇÃO DA 2ª REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O 17º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

- Data:** 28 e 29 de agosto de 2023.
- Público-alvo:** Representantes dos tribunais e da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.
- Objetivos:** Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026; apresentação dos premiados no *Ranking* da Transparência; apresentação dos Resultados Parciais das Metas Nacionais 2023; consolidação das propostas de Metas Nacionais para 2024; e apresentação do Relatório do Justiça em Números – ano-base 2022.
- Formato:** Presencial

28 DE AGOSTO DE 2023	
14h	SOLEINIDADE DE ABERTURA Ministra Rosa Weber , Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça
14h30	PREMIAÇÃO DO RANKING DA TRANSPARÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO – ANO 2023 Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho , Conselheiro do CNJ e Presidente da Comissão Permanente de Eficiência Operacional, Infraestrutura e Gestão de Pessoas Ricardo Fioreze – Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ
15h	PAINEL – PERSPECTIVAS DA POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO E A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO Giovanni Olsson – Conselheiro do CNJ Flávia Moreira Guimarães Pessoa - Juíza do Tribunal Regional do Trabalho 20ª Região Gabriela Moreira de Azevedo Soares - Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ
15h30	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS PARCIAIS DAS METAS NACIONAIS 2023 Ricardo Fioreze – Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ Fabiana Gomes – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica do CNJ
16h	APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DO JUSTIÇA EM NÚMEROS – ANO-BASE 2022 Ana Lucia Andrade De Aguiar – Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ Gabriela Moreira De Azevedo Soares – Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ
16h30	APRESENTAÇÃO DAS METAS DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA Ministro Luis Felipe Salomão – Corregedor Nacional de Justiça Otávio Henrique Martins Port – Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça
17h	ENCERRAMENTO Ministro Luis Felipe Salomão – Corregedor Nacional de Justiça

29 DE AGOSTO DE 2023	
14h	REUNIÕES SETORIAIS DOS SEGMENTOS DE JUSTIÇA Coordenação: Coordenadores dos Comitês Gestores dos Segmentos de Justiça
16h30	INTERVALO
16h45	PLENÁRIA – APRESENTAÇÕES DOS SEGMENTOS DE JUSTIÇA DAS PROPOSTAS DE METAS 2024 Coordenação: Richard Pae Kim – Conselheiro do CNJ e Presidente da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento
17h25	ENCERRAMENTO

ANEXO II – LINKS DAS APRESENTAÇÕES DO EVENTO

A seguir, as apresentações exibidas pelos palestrantes durante a 2ª Reunião Preparatória:

Perspectivas da Política de Priorização do 1º Grau de Jurisdição e a execução da Estratégia Nacional do Poder Judiciário

Apresentação dos Resultados Parciais das Metas Nacionais 2023

Relatório Justiça em Números – ano-base 2022

Apresentação das Metas da Corregedoria Nacional de Justiça – Metas 2022-2023

Apresentação das Metas da Corregedoria Nacional de Justiça – Metas 2023

